

Evangélicos e o movimento LGBT



Por Carlos Gutierrez (USP)

Nas interações com outros atores sociais, os evangélicos são rotulados frequentemente como politicamente conservadores. A partir do trabalho de campo realizado, o uso do termo conservador para autodefinição, ou julgamento de uma pessoa, ou ideia não foi utilizado pelos jovens militantes, tampouco por coordenadores do partido. Entretanto, quando passamos ao plano dos deputados federais, o termo passa a ser muito mais mobilizado. O parlamentar Antônio Bulhões (PRB-SP) e bispo licenciado da Igreja Universal define-se como um conservador em postagens nas principais redes sociais e também em falas públicas, além de destacar sua admiração ao pensador Adam Smith. Apesar do PRB ter feito parte da base aliada de 2006 até o *impeachment* de Dilma Rouseff, em 2016, Bulhões sempre foi crítico do “progressismo” do governo com relação aos valores e costumes. Em uma postagem sobre a “ética conservadora”^[1], o deputado explica que “conservadores são prudentes. Desconfiam dos progressistas, porque não gostam de sentirem-se cobaias. Conservadores avançam um pé depois do outro, porque preferem o familiar ao desconhecido.” Além disso, afirma que por se guiarem por valores cristãos, os conservadores desejam ser cidadãos e não súditos do estado para aceitar imposições em relação

à moral familiar. Os valores progressistas são tachados como “pedagogia liberal prafrentex”[\[2\]](#) e seus defensores de “modernosos”.

Não raro, lideranças do PRB defendem medidas liberalizantes como, por exemplo, flexibilização das leis trabalhistas. Após Marcos Pereira ser nomeado ministro da Indústria por Michel Temer (PMDB-SP), passou a participar ativamente da pressão na Câmara para aprovar a lei de terceirização geral no Brasil, utilizando como justificativa a “inadequação” e os “pesados encargos trabalhistas” que atravancam a economia. A bancada inteira do partido votou favorável à lei que permite terceirização para todas as atividades. Além disso, os parlamentares também apoiaram a PEC 241, que estabelece congelamento dos gastos públicos. Antônio Bulhões (PRB-SP) também se posicionou diversas vezes a favor do livre mercado, citando Venezuela e Cuba como exemplos do desastre quando o Estado é interventor na economia.

A fim de compreender a atuação dos deputados do PRB em questões como debate sobre gênero, aborto e união civil homossexual, além de seu posicionamento em relação ao adotado pela bancada evangélica face a esses temas, propomos quatro tópicos, a fim de facilitar a apresentação dos dados aos leitores.

Plano Nacional de Educação: “a estatização das crianças”

O Plano Nacional de Educação (PNE) é responsável por estabelecer as diretrizes básicas da educação no país por dez anos. O último PNE propôs em seu texto "a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". Os dois últimos itens foram criticados pela FPE – Frente Parlamentar Evangélica, que viram aí a possibilidade de “doutrinação” das crianças e de desconstrução de gênero, por meio da negação da existência do sexo biológico (masculino e feminino) e da possibilidade de existência de diversos gêneros e orientações sexuais.

Um dos deputados mais atuantes no combate do texto base do plano foi Antônio Bulhões (PRB-SP). À época do debate, afirmou ser contrário à “ideologia de gênero”, pois a educação deve ser uma prerrogativa individual e que as pessoas não deveriam ser “tuteladas pelo Estado bábá” a respeito da sexualidade dos filhos.

Dessa forma, pauta sua contrariedade à inclusão da ideologia de gênero por percebê-la como uma intrusão do Estado nos direitos individuais de educação dos filhos. Sua fala não faz referência a preceitos religiosos, tampouco à Bíblia, mas sim que não se deve “estatizar as crianças”. Logo, seu argumento encontra-se pautado principalmente no liberalismo clássico para se manifestar contra o PNE. O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) explicou que é contrário a qualquer forma de preconceito e que o parlamento precisa atuar para impedir que crianças e adolescentes sofram qualquer discriminação, “inclusive da ordem de gênero”, porém, o termo promoção poderia abrir margem para a divulgação do ideário de gênero para os estudantes. Assim, frisa que é favorável ao combate ao *bullying*, mas que não pode aceitar que determinadas opções sexuais sejam “promovidas”. Na visão de defensores do texto, a discussão das questões de gênero seria a única forma de realmente quebrar o preconceito e promover a igualdade com relação às opções de gênero.

Outro deputado, Vinicius Carvalho (PRB-SP), pastor licenciado da IURD, declarou em plenário que a proposta da “ideologia de gênero” é perigosa, pois pode “desestruturar destruir a família”. Além disso, trouxe dados de uma pesquisa feita por uma associação americana de pediatria, a “American College Pediatricians”, informando sobre os “riscos desse ideário às crianças”, uma vez que a “ideologia nega o sexo biológico” e o patrimônio genético”. Segundo a pesquisa citada, transtornos de sexualidade devem ser tratados na esfera da mente e não do corpo, com tratamentos hormonais, que podem levar o indivíduo a graves problemas de saúde mental e física. À exemplo de seu colega de partido, não fez uma única referência à religião, mas sim buscou argumentos na medicina, à exemplo do que discutimos sobre os evangélicos e a cientificação reflexiva (Beck, 2011). Vital da Cunha e Lopes (2013) também verificaram essa importância atribuída por políticos da bancada evangélica na mobilização de saberes e distintas formas de capital cultural não-religiosos, ao ressaltarem que há advogados, médicos e engenheiros na bancada.

Aqui, cabe uma pequena digressão teórico-analítica a respeito do aprendizado reflexivo por meio de diversas situações. A conversação externa com diversos outros atores sociais e as diversas críticas recebidas foram incorporadas, em um primeiro momento, como conversações internas (Archer, 2003), que levaram à

clarificação e ao exame de atitudes e características do passado (Giddens, 2002), assim como uma reflexão sobre os argumentos e uma apresentação de si para embates futuros. Dessa forma, as situações de interação e conversa com outros atores leva a um aprendizado reflexivo (Lahire, 2002), com a incorporação de certas competências que poderão ser ativadas em interações futuras. Para exemplificar, lançamos mão da seguinte questão: por que Malafaia, um pastor evangélico sempre presente nesses embates, age de forma tão diferente de Feliciano e os deputados evangélicos do PRB? Uma possível resposta é que ele não foi exposto às mesmas situações que os outros atores. Apesar de participar com frequência de audiências na Câmara dos Deputados, Silas não vivenciou e nem vivencia o dia a dia do plenário, tampouco passou por um processo de socialização partidário, com oficinas de formação e, em muitos casos, *media training* [3]. Não precisa conviver com diversos deputados e, obviamente, não está sujeito a punições por decoro parlamentar, tampouco à pressão de disputar eleições. Além disso, o comportamento esperado pela mídia e outros atores para um deputado federal é um e para um líder religioso, outro completamente distinto.

É claro que Malafaia tem um poder agencial e é responsável pelos seus atos, porém, conforme pontua Elias (2001), as pessoas estão imbricadas em certas redes de interdependência e as limitações estruturais às quais os deputados estão expostos não são as mesmas as que Silas Malafaia está. Evidentemente, o poder causal ativado pelo Pr. Malafaia ao construir certos projetos e a elaborar planos de ação serão diferentes dos parlamentares, por ocupar uma posição diferente na estrutura social. Assim, a limitação a que se refere Elias é reflexivamente levada em conta pelos atores na elaboração de suas ações, pois conseguem antever o possível preço de uma tomada de ação. Assim, o autocontrole e a correção serão maiores nos casos dos deputados, justamente por ocuparem uma rede de interdependência mais ampla e complexa. É interessante notar que, não raro, tais atores (parlamentares) passam a usar o termo homossexualidade e não mais homossexualismo, usado quando a prática homossexual era tipificada como doença mental.

No final, por enorme pressão da Bancada Evangélica, o texto referente ao gênero foi retirado e o Plano foi aprovado. Recentemente, o MEC distribuiu livros

didáticos que abordavam a questão de gênero e família, o que foi duramente criticado pelos parlamentares evangélicos. Em 2017, o MEC afirmou, por meio de representantes, que a ideologia de gênero não fará parte do currículo dos estudantes brasileiros.

O PRB destacou, por meio de nota oficial, o engajamento de seus parlamentares na “luta contra o aborto e contra a ideologia de gênero”, conquistando uma “importante vitória para a família brasileira”[\[4\]](#). Logo, podemos afirmar que a direção do partido considera importante publicizar tal posicionamento para o eleitorado brasileiro.

Os deputados Alan Rick (PRB-AC), pastor da Igreja Batista do Bosque e Celso Russomano (PRB-SP), junto a três parlamentares da bancada evangélica, propuseram a PL 1859/2015, que estabelece a proibição da ideologia de gênero e de orientação sexual na educação.

Casamento gay

Em 2012, em entrevista ao portal UOL, Marcos Pereira afirma que a decisão em torno do casamento gay deveria ser discutida juntamente com a sociedade brasileira e que o PRB não tinha preconceito com relação a homossexuais, tanto que um candidato a vereador em Manaus era gay e defendia a “bandeira LGBT”. Em 2011, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal reconheceu aos casais homossexuais a possibilidade da realização de união civil, estendendo um direito que já era concedido aos heterossexuais. No processo de discussão, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Bancada Evangélica posicionaram-se contrariamente, criticando a decisão que seria, segundo eles, inconstitucional, dado que o artigo 226 da Constituição entende que a união estável se dá entre homem e mulher.

Nesse processo, os deputados do PRB abstiveram-se da discussão e adotaram uma postura de neutralidade. Em artigos, o deputado federal Antônio Bulhões (PRB-SP) mostrou-se favorável à união civil, mas não ao casamento, pois entende que família é formada por “homem e mulher”. Recentemente, o prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB-RJ), à época de sua candidatura também se manifestou favoravelmente à união estável. Antes da decisão do STF, Celso Russomano

(PRB-SP) apresentou requerimento para votação do PL 1151/95, que concede o direito de união civil aos homossexuais. Em seu entendimento, não se pode criar um cenário de desigualdade perante a lei. Entretanto, o parlamentar posicionou-se contrário ao casamento, por entender que é algo exclusivo ao homem e a mulher. A decisão do Supremo evitou uma possível confrontação no seio da bancada evangélica, ao resolver a questão. Posteriormente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que todos os cartórios do país celebrassem casamentos homoafetivos.

Em uma reação a essa decisão, a Frente Parlamentar Evangélica mobilizou-se e o deputado Anderson Ferreira (PR-PE) apresentou o PL 6583/13 para criação do Estatuto da Família, que estabelece que a família é formada por homem e mulher. De acordo com Bulhões (PRB-SP), trata-se de uma iniciativa fundamental para defender a família que estaria sendo atacada até mesmo pelo Poder Judiciário, “cujos membros, motivados por um ativismo judiciário sem amparo constitucional, têm ultrapassado as divisas de sua competência”.

Segundo Bulhões, a maioria conservadora da população brasileira não tem preconceito contra homossexuais, citando a aceitação e o sucesso de nomes como Madame Satã, Rogéria e Roberta Close. Ainda cita uma pesquisa do jornal Valor em que 74% dos brasileiros aceitam as pessoas como são. “O conservador entende que o comportamento sexual é uma prática entre 4 paredes, mas não aceita que a ideologia desses movimentos venha interferir, ainda que indutivamente, na família de cada um, porque compreendem que o lar é sagrado” (Bulhões). Para o deputado, os ativistas gays transformam um “comportamento sexual privado em agenda política violenta”.

A questão do aborto

Assim como outros integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, uma boa parte dos deputados do PRB posicionam-se publicamente contrários ao aborto. Entretanto, o presidente do partido, Marcos Pereira, declarou em uma entrevista que o partido não tinha uma posição definida e que cada membro era livre para adotar uma perspectiva. Entretanto, Pereira posicionou-se completamente favorável ao aborto de fetos anencéfalos^[5] e acredita que foi um acerto do

Supremo Tribunal. Segundo ele, sua monografia de conclusão de curso de Direito foi sobre esse tema. Após a decisão do STF, Crivella criticou a decisão e atacou “a interferência” e o “desrespeito à separação dos poderes”. Outros membros da Bancada Evangélica também atacaram a medida, como o deputado Marcos Feliciano (PSC-SP) que afirmou se tratar de um “assassinato” e que isso poderia abrir a possibilidade jurídica para estender o direito ao aborto para outros tipos de feto, “principalmente com má formação”.

O interessante é que a Igreja Universal, em audiência pública promovida pelo STF, defendeu a medida. O bispo Carlos Oliveira, representando a instituição, afirmou, à época, que a decisão envolvia direito e saúde da mulher, que deveria decidir se anteciparia ou não a retirada do feto. A IURD foi a única instituição religiosa que se manifestou a favor do projeto, enquanto a Igreja Católica e demais igrejas evangélicas colocaram-se contra o aborto de anencéfalos. Percebe-se, no entanto, que a postura da Universal não se repetiu, necessariamente, nos membros do PRB. A maior parte, com exceção de Pereira e Crivella, preferiu não se posicionar publicamente perante essa controvérsia.

Porém, no que tange à questão mais ampla com relação ao aborto, os deputados são veementemente contrários, tendo participado ativamente da elaboração do Estatuto do Nascituro, que estabelece que a vida e os direitos começam a partir da concepção. Os parlamentares do PRB também deram seu apoio à PL 5069/13 que estabelece penas mais severas a profissionais de saúde que incentivam ou facilitam o aborto. Apesar de não retirar o direito ao aborto legal em caso de estupro, o projeto determina que a mulher deve apresentar um boletim de ocorrência e não contar apenas com o testemunho de um agente de saúde. Grupos feministas acreditam que tal medida coloca empecilhos à realização do aborto legal em caso de estupro. O PL ainda impede a administração de medicamento considerado abortivo, o que poderia, na visão do movimento feminista e de médicos, impedir o acesso à pílula do dia seguinte.

De maneira geral, o Partido Republicano, por meio de seu site oficial, dá um grande destaque às iniciativas contra o aborto, inclusive com artigos que condenam a prática. Apesar de não ser uma posição oficial da legenda, como ressaltou seu presidente, há, de todo modo, a publicização de textos e

posicionamentos contrários à prática. Por fim, os parlamentares do PRB esforçaram-se pelo combate na tentativa de legalização do aborto, por meio da inclusão de emenda à MP 696/2015 que retira “perspectivas de gênero, definição ideológica e não biológica, das atribuições do Ministério das Mulheres”.

Conservadorismo e cenário pós-impeachment

O breve quadro estruturado acima aponta o que havia sido verificado por Vital e Lopes (2013): um estremecimento da relação entre evangélicos e governo federal. Apesar de fazerem, à época, parte da base aliada, os parlamentares da FPE passaram a se opor sistematicamente ao governo no momento de discussão e votação de pautas colocadas, muitas vezes, pelo próprio Planalto. A união entre o PT e evangélicos começou a ser costurada em 2006. O momento político delicado por conta do escândalo do mensalão e dos sanguessugas exigia a composição de uma ampla coalisão para garantir a governabilidade. Sendo assim, o Planalto aproximou-se dos líderes da Frente Parlamentar Evangélica, garantindo acesso exclusivo do grupo à presidência da República. Em troca, os evangélicos teriam pedido a Lula que se posicionasse com relação ao avanço das pautas LGBT e de grupos feministas. O ex-presidente teria produzido uma carta para se explicar perante os evangélicos (Vital e Lopes, 2013).

O aumento exponencial da Frente nas duas últimas eleições, assim como o desenvolvimento de diversos grupos de trabalho em seu interior garantiu maior monitoração das pautas no Congresso Nacional, assim como maior penetração em diversas comissões. Do outro lado, militantes LGBTs e feministas tiveram maior acesso aos espaços institucionais da política, trazendo reivindicações e proposições no âmbito federal. Nesse cenário de duplo crescimento, as interações entre os grupos cresceram e os conflitos também.

Em 2016, a maior parte dos evangélicos aliados ao governo passaram para a oposição, o que contribuiu decisivamente para o processo de impeachment de Dilma Roussef (PT-SP). O presidente do PRB, Marcos Pereira, justificou o abandono da aliança com o PT por conta da “crise econômica” e da falência do país. Em sua carta^[6] publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, listou diversos motivos como zika, violência urbana, falta de infraestrutura para a mudança de

posicionamento da legenda. Entre as razões listadas, incluiu a degradação dos valores morais e o “ataque à família”. Antônio Bulhões destacou que o PT deu “início a projeto de poder que restringiu sobejamente a representatividade e a capacidade de ação dos demais agentes políticos”. Afirmou ainda que no século XX já se sabia que “o governo executado pelo PT seria catastrófico” e que os defeitos dessa plataforma política foram “escondidos pela doutrinação ideológica”. Assim, por conta do “nefasto projeto de poder”, assumiu sua posição pelo impeachment. Porém, o que nenhum dos dois citou em seu discurso foi o pertencimento a esse projeto político durante dez anos, tampouco a mudança de posição. Em outro documento, após a votação do impeachment, Pereira reconhece que o partido fez parte da base aliada e que ocupou o ministério do Esporte durante o governo Dilma, mas explica que a legenda retirou seu apoio por conta do agravamento da crise econômica e da falta de diálogo entre Dilma e o parlamento, além da “crise moral” por conta da “corrupção e do esfarelamento da Petrobrás”. Além disso, também ressaltou que a maior parte da base era favorável à saída do PRB do governo. De todo modo, a maior parte dos discursos da cúpula do PRB não abordou o longo período de aliança com o governo e a publicização desse pertencimento se deu em poucos momentos.

A decisão pelo impeachment dividiu a militância republicana. Uma parte mostrou-se satisfeita com a postura do partido “diante a corrupção e roubalheira dos petralhas” (sic), enquanto que a outra achou “traição com Lula e Dilma. Ficamos com eles dez anos e agora vamos apunhalar? O meu partido vai participar de um golpe? Vergonha, isso não é atitude de cristão”. Os eleitores contrariados com o apoio da sigla ao impeachment declararam que não votariam mais no PRB e que se sentiam traídos pelo partido. Já os outros comemoravam o fato do “PRB ser um partido ético e não participar dessa bandalheira”.

Como sabemos, a pressão pelo impeachment foi encampada por novos movimentos sociais como Movimento Brasil Livre (MBL) e VemPraRua. Os dois coletivos autointitulam-se como defensores de ideais liberais como, por exemplo, redução de carga tributária, diminuição da participação do Estado na economia, defesa de privatizações e exaltação do mercado. A fim de alertar a sociedade sobre “o perigo totalitário da esquerda” e clamar pelo impeachment de Dilma para “tirar o PT do poder”, grupos de estudantes e jovens empresários de fora da

política institucional, organizaram-se em movimentos sociais, isto é, construíram uma reivindicação coletiva direcionada à sociedade e às autoridades políticas, por meio da organização de grandes manifestações, marchas, vigílias, acampamentos e uso de meios de comunicação (Tilly, 2004).

O uso hábil das redes sociais e a construção de uma reivindicação genérica, o “combate à corrupção”, atraiu a atenção e conquistou a adesão de milhões de pessoas, que participaram das passeatas e contribuíram à realização do impeachment. Na visão de Tilly (2004), a demonstração de VUNC (valor, unidade, número e comprometimento) é o que caracteriza a existência e o sucesso do movimento social. Dessa forma, o MBL e o VemPraRua construíram-se em torno de valores como “contra a corrupção”, “contra a esquerda” e pró-mercado, a unidade marcada pelas roupas verde e amarelo, um alto número de adesões em suas passeatas e páginas no Facebook e a construção de um ideal de comprometimento, por meio do “sacrifício” de seus líderes em marchas para Brasília, “enfrentando chuva e frio”. Na construção de si como antagonistas do “petismo e esquerdismo”, tais atores refletiram sobre a ligação entre grupos LGBT e feministas a partidos de esquerda e também sobre como uma parcela da sociedade considera pautas como gênero, por exemplo, como “coisa de esquerdista”. Isso os levou a atacar tais movimentos e a angariar a simpatia de inúmeros usuários de redes sociais. No apogeu de seu discurso contrário a qualquer forma de controle do Estado, o MBL também classifica a militância LGBT de utilizar a esfera estatal para “controlar comportamentos” e impedir a liberdade individual de crença e pensamento, mesmo que seja para expressão de preconceitos. É inevitável traçar aqui um paralelo com o desenvolvimento da “christian right” nos EUA. Os grupos protestantes norte-americanos, inquietos com a “ameaça comunista”, o avanço do secularismo e a mudança de valores culturais passou a participar ativamente da política, principalmente em apoio ao Partido Republicano. O posicionamento mais liberal republicano, contrário a toda forma de ingerência do poder federal nos estados e no tocante à política econômica, agradou aos evangélicos americanos, principalmente aos grupos conservadores e fundamentalistas^[7], que eram contrários às ações do governo federal como, por exemplo, proibir a leitura bíblica nas escolas públicas. Havia também um temor de que o governo interviesse nas práticas das igrejas, assim o

discurso republicano contrário às formas de controle, mesmo sob formas de regulação da economia como, direitos do trabalho, eram refutados por parte dos evangélicos americanos. Alguns grupos eram mesmo contrários ao *welfare state* e à política do *new deal* por considerarem-na como uma forma de “pré-comunismo” (Williams, 2010; Conger, 2009). No caso brasileiro, parece haver, por parte das lideranças do PRB e outros parlamentares evangélicos, uma adesão ao liberalismo econômico. A visão pró livre-mercado não é necessariamente partilhada por militantes do PRB. Mesmo dentro da bancada evangélica há muita divergência com relação a esse tema (Vital e Lopes, 2013). “Eu sou contra socialismo, de querer implantar um modelo comunista. Mas eu sou a favor de um capitalismo para o povo, para ter consumo e renda” (Nelson, militante do PRB).

Alguns atores ligados à cúpula do PRB perceberam esse cenário como uma “ascensão conservadora” e logo trataram de valorizá-la e de inserir-se nela. No bojo desse processo, Pereira declarou que há uma forte “onda conservadora” após o “lamaçal de corrupção” e que a direita permaneceu muito tempo silenciada por PT e PSDB que, “ao contrário do que muitos acreditam, o não é de direita”. O PRB é classificado por ele como um partido de “direita moderada”, pois mantém os “valores cristãos, em defesa da família tradicional, contra o aborto, mas sem deixar de dialogar com aqueles que pensam diferente. Em síntese, o PRB busca a paz”. O deputado Antônio Bulhões também identificou uma “onda conservadora” e se inseriu nela.

Em uma entrevista de novembro de 2016 à revista *Época* [8], Pereira foi indagado a respeito de uma declaração de Crivella que classificou sua vitória como uma “preservação dos valores tradicionais da civilização cristã” e uma “mensagem contra a legalização do aborto, liberação de drogas e discussão de ideologia de gênero”. Pereira afirmou concordar e que no mundo todo há uma valorização dos princípios conservadores e que a sociedade brasileira percebeu que os “valores liberais” da esquerda não deram certo. Segundo ele, a sociedade brasileira é conservadora, de maioria cristã e quando um tema polêmico chega a Câmara, a Frente Parlamentar Evangélica, em conjunto com católicos (quase 200 deputados) impede o avanço de qualquer pauta. Entretanto, apesar de Pereira valorizar a onda conservadora e, de certa forma, inserir o partido nela, faz também um esforço para dizer que não é conservador. Em outra entrevista ao

Estado de S.Paulo[9], ressaltou que não há possibilidade do PRB apoiar a esquerda, por uma questão de respeito ao desejo das bases, mas que o discurso do partido não é conservador, mas sim moderado e equilibrado, o que pode ser verificado pela eleição de uma travesti ao cargo de vereadora, pelo PRB. É notório que Pereira refira-se a ela usando o pronome feminino.

Sarita foi eleita pelo município de Paranaíba, em Mato Grosso do Sul. Apesar de não estar em uma grande capital, sua eleição foi publicizada pelo partido. Diversas notas e reportagens feitas pelo portal do PRB na Internet destacaram seu pertencimento à legenda. Em todos os textos, Sarita é tratada no feminino: **a** travesti, que trabalha como **enfermeira**. Além disso, foi tema de uma entrevista do PRB Mulher, núcleo feminino do partido. Dessa forma, Sarita é tratada o tempo todo na sigla como mulher. O deputado federal Vinicius Carvalho (PRB-SP), também pastor da Universal, parabenizou Sarita, por meio de seu perfil no *Facebook*, e destacou que “sempre soube que todos têm oportunidades iguais no PRB, independentemente de opção sexual”. Além disso, também tratou a vereadora no feminino.

A notícia da posse de Sarita foi publicada no perfil oficial do PRB no *Facebook*, o que motivou comentários elogiosos sobre a “evolução do PRB” e pelo “fim do preconceito” e “respeito pelas pessoas”. Entretanto, alguns usuários questionaram a “ideologia cristã” do partido por escrever “a vereadora”, afirmando que a “lei de Deus” estabelece só dois gêneros. Um deles ainda afirma que não comentará nada, pois o “politicamente correto” impede, enquanto que outro afirma que o “PRB está se tornando um PMDB e se afastando da obra de Deus”. O perfil oficial respondeu que o PRB trabalha pela “ética” e que foi fundado pelo povo para cuidar das pessoas, sem distinção. Além disso, cobrou respeito dos internautas em relação à vereadora.

Há apenas alguns meses antes da eleição de uma travesti pelo PRB, o deputado João Campos (PRB-GO) e pastor da Assembleia de Deus encabeça uma lista de deputados, com outros colegas de PRB, como Tia Eron (PRB-BA) e Rosangela Gomes (PRB-RJ), que apresenta projeto para sustar decreto de Dilma Rouseff que autorizava o uso do nome social por travestis e transexuais na administração pública federal. Após diversas críticas, Tia Eron manifestou-se e disse que

respeita a comunidade LGBT e que quando foi vereadora em Salvador lutou para que sua colega trans, Leo Krét (PR-BA), pudesse usar o banheiro feminino da Câmara Municipal. Segundo ela, o problema é que não se pode resolver essa questão por decreto, mas sim por lei federal.

O autointitulado conservador, deputado Antônio Bulhões (PRB-SP), produziu uma cartilha de orientação para policiais a respeito de ética e procedimentos. Na parte que tange à abordagem da população LGBT:

A população LGBT (gays lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) tem os mesmos direitos que qualquer pessoa e, portanto, não pode ser discriminada, desrespeitada, violada ou humilhada.

- *É desrespeitoso utilizar de gracejos, insinuações ou críticas;*
- *Pergunte à pessoa abordada com deseja ser chamada e não constranja ou humilhe o travesti ou transexual lendo em voz alta o seu nome constante na carteira de identidade;*
- *Ao referir-se ao travesti ou transexual, utilize pronomes femininos;*
- *Toda denúncia sob a alegação de vítima de crime deve ser registrada e receber o devido tratamento;*
- *Busca pessoal em homossexual masculino será realizada da mesma forma com que se realiza em homens; em homossexual feminina, da mesma forma que se realiza em mulheres.*

Na construção do deputado em torno do conservadorismo, homossexuais e trans devem ser respeitados em seus direitos. Porém, não devem “usar o Estado para disseminar sua sexualidade, tampouco tentar destruir a concepção tradicional de família”. O problema para ele e outros conservadores não é a expressão de um comportamento sexual desviante na esfera privada, mas sim a organização política desses indivíduos e sua tentativa de reivindicar políticas junto ao Estado. Na visão desses atores, as reivindicações dos militantes LGBT desrespeitam sua visão de mundo e tentam colocar em xeque seus valores. Já o setor progressista afirma que os evangélicos não aceitam rever sua homofobia, tampouco nada fazem para combatê-la na sociedade, tentando impor seus valores de mundo a

todos. Essa controvérsia torna-se então um diálogo de surdos (Chateauraynaud, 2012), sem perspectiva de solução.

A reação anticonservadora no seio do PRB

Muitos atores do PRB percebem o conservadorismo na sigla e discordam dele. Segundo um coordenador nacional da legenda, Paulinho[10], o PRB tem uma tendência muito conservadora cristã, por conta da Universal. “O partido foi fundado pela Igreja, então é claro que isso puxa para uma coisa mais conservadora. Só que, hoje, é um partido laico e a gente bate o pé”. Paulinho também é evangélico, foi pastor, mas entende que “precisa ser laico” para fazer a legenda crescer. Ele explica que há duas forças no partido: a IURD e a “ala sem ligação com religião”. “É uma guerra, às vezes os interesses são os mesmos, às vezes não. Fica difícil conciliar. O PRB precisa deixar esse estigma da Universal para crescer”. Em sua percepção da política, um partido deve ser plural e acolher diversos segmentos e a postura conservadora isola uma sigla, pois fica muito voltada a um único nicho eleitoral. “Pouco a pouco, os LGBT vem surgindo no PRB e tem que aparecer! Todo partido que se planeje grande precisa ter um núcleo e a gente tem que vencer a resistência da Universal”. Nesse processo, surgem críticas da Igreja, que discorda da presença de outros segmentos e Paulinho se vê obrigado a justificar suas posições.

“Explico que a gente precisa trazer o LGBT para o nosso lado, que eles são importantes para crescer. Republicanismo é isso, é agregar todo mundo. Por isso, começaram a entrar os afros. Gente da umbanda, candomblé. Mas o pessoal da Universal nunca falou nada. Às vezes olham torto e nos bastidores brincam que vão exorcizar”. É interessante ressaltar como os atores refletem em torno da importância da construção de um discurso político plural, que abarque diversos segmentos e possibilite “voos mais altos”.

A inclusão de lideranças LGBT é elencada por Paulinho e outros coordenadores como de “extrema importância” para o PRB sair de um eleitorado evangélico e buscar votos em outras frentes. “É também uma mudança de mentalidade. Sai daquela coisa evangélica”. Analisando os principais nomes do quadro LGBT da legenda, percebemos, desde já uma diferença no que tange à questão da

reivindicação de bandeiras LGBT e da performatização da sexualidade. A vereadora Sarita, 52 anos, travesti e enfermeira, tem perfil discreto e pauta sua ação política no atendimento de saúde a idosos e pessoas vulneráveis da comunidade, além de lutar por saneamento básico e casas populares. Em nenhum momento, abordou a questão LGBT em sua candidatura, tampouco em suas redes sociais, ou em discursos. De perfil diferente, Gerson Neto, promotor de eventos, e militante LGBT em Manaus, filiou-se ao PRB, onde diz ter sido muito bem recebido, para se candidatar a vereador “para trabalhar pela causa LGBT”. Segundo ele, a experiência no partido não foi fácil. Nunca chegou a sofrer preconceito direto, porém, afirma ter sido vítima de piadinhas e olhares tortos por conta de sua orientação sexual. “Já tive que ouvir piadas como: vou te exorcizar para você aprender a ser homem”. Em sua avaliação, o PRB tem intenção de se “passar por laico”, pois é “realmente o partido da Universal” e, para isso, precisa dos LGBTs para se mostrar aberto e tolerante.

Na visão de Gerson, o homossexual mais “contido”, isto é, que não exprime sua sexualidade de forma aberta, é bem-vindo, enquanto que outros que expressam a homossexualidade de forma mais incisiva e as transexuais são mal vistos. “Querem gays comportados e se há condição para incluir LGBT, é preconceito. Se não pode expressar o que é livremente, está mostrando que não gosta de verdade de nós”. Para ele, não há espaço real para a militância LGBT na sigla, pois ela sempre vai bater de frente com o núcleo duro da Universal que está no comando. “Como você vai militar pela causa LGBT se os deputados do partido votam abertamente contra nós? Tem uma hora que cansa. A pessoa que realmente se importa com a causa vai acordar e perceber que não dá. Não há interesse em criar um núcleo LGBT. Eu tentei criar um PRB Diversidade, mas não recebi nenhum apoio do partido para isso. O único interesse que existe é usar a gente para mostrar que eles são laicos e tolerantes”. Após perceber que não haveria como conciliar sua militância com o partido, Gerson decidiu trocar o PRB pelo PDT e afirma ter encontrado ali um espaço mais aberto e mais apoio partidário para a causa LGBT. Em sua avaliação, é muito complicado um diálogo com a bancada evangélica, pois, segundo ele, esses parlamentares não se preocupam com os problemas de homossexuais, lésbicas e pessoas trans. Para ele, a solução passa pela constituição de uma bancada gay que possa representar os interesses dessa

população na Câmara e lutar por espaços de acolhida de homossexuais que sofram agressão ou que tenham sido expulsos do ambiente familiar.

Outro militante LGBT do PRB é Nélio Georgini, coordenador de Educação do PRB, e agora secretário da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS) do Rio de Janeiro, empossado por seu colega de partido, prefeito Marcelo Crivella (PRB-RJ). Sua nomeação gerou certa repercussão por ser gay e evangélico (presbiteriano), mas Nélio afirma que o escolheram por sua capacidade técnica e currículo. Segundo ele, já nasceu militando na causa LGBT e ingressou no partido há cinco anos e, contrariamente a Gerson, afirma não ter sofrido nenhum preconceito na legenda, mesmo tendo deixado claras suas posições e sua opção sexual. Entretanto, preferiu não responder se haveria espaço para a organização de um núcleo LGBT no PRB. Sua principal proposta no cargo é levar o CEDS para as periferias, para atender a comunidade LGBT em situação social mais frágil como, por exemplo, moradores de favelas, e ampliar capacitação profissional e estabelecer parcerias para contratação de pessoas trans. Outra bandeira de sua administração é capacitar 100% da equipe de saúde em direitos humanos para LGBTs, a fim de humanizar o atendimento e estabelecer o respeito em torno do uso do nome social. Em entrevista à Revista Fórum^[11], afirmou que pretende defender a causa LGBT “na paz” e que o enfrentamento não trouxe nada para a comunidade LGBT. Além disso, também frisou a necessidade de continuar a investir na conscientização da população, “para que todas as pessoas tenham o direito de demonstrar afeto em público, sem serem discriminadas”.

As posições de Nélio e Gerson são bem diferentes acerca do PRB e as condições objetivas que LGBTs encontram para desenvolver seus projetos. Para o primeiro, não há preconceito no partido, o que levou a sigla a bem acolhê-lo e a indicá-lo para um cargo de desenvolvimento de políticas públicas para LGBTs. Já para o segundo, essa suposta inclusão teria uma segunda intenção oculta: usar os LGBTs para o partido conquistar uma imagem laica e tolerante diante a sociedade. A expectativa desses dois atores é embasada por suas trajetórias particulares no partido, cada um mobilizando sua vivência a fim de tornar seu ponto de vista legítimo. Assim, piadas e olhares, além da negativa à proposta de formar um grupo de diversidade, são elencadas por Gerson como uma prova de falta de interesse real de atores do PRB com relação à questão LGBT. De todo modo, fica

clara a heterogeneidade dentro do partido, com a presença de atores que promovem uma pauta (direitos LGBT), enquanto que parlamentares e outros militantes mostram-se contrários e apoiam projetos de lei contrários às mesmas pautas na Câmara. Apesar das críticas que os atores possam ter em torno da participação LGBT no PRB, a incorporação de pessoas gays e trans começa a se tornar uma prática partidária. Vale destacar que se antes a presença desses atores em um partido com uma forte influência cristã era algo impensável, hoje, torna-se tolerável e até mesmo desejável. Conger (2009) e Williams (2011) identificaram mudanças no plano de ação dos evangélicos norte-americanos por conta das transformações da dinâmica da política americana. Dessa forma, determinadas pautas que anteriormente mobilizavam a atenção e ação desses atores são deixadas de lado ao se tornarem socialmente aceitas por amplos grupos sociais. Um exemplo foi a legislação anti-segregação e pró-direitos civis dos negros, medidas amplamente combatidas por alguns grupos cristãos. Depois que se tornaram uma realidade, os mesmos abandonaram essa causa e passaram a se engajar em outras (o que não significa necessariamente que tenham abandonado perspectivas racistas).

Da mesma forma, a homossexualidade é percebida por alguns deputados evangélicos que se percebem como conservadores como algo “de foro íntimo”, “uma decisão de cada um”, “problema pessoal” e alguns deputados da Frente Parlamentar aceitam a união civil homossexual (caso de Bulhões, por exemplo). Porém, há algumas décadas, a relação homossexual era algo impensável e condenada por esses mesmos grupos. A luta de diversos militantes LGBT permitiu a construção de um novo cenário, produzindo transformações no mundo da vida, e a pauta de muitos autodenominados conservadores passou a ser não mais o ataque à homossexualidade entre os indivíduos, mas contra a organização política dos mesmos. Pensando os evangélicos imbricados em distintos mundos de ação (Dodier, 1993), percebemos uma diferença entre a lógica interna das igrejas e da política. A crítica com relação à homossexualidade, em muitos casos, não é a mesma. Peguemos como exemplo o caso recente de Marcelo Crivella: como homem político, comprometeu-se, durante a campanha de 2016 à Prefeitura do Rio, a manter políticas públicas para a comunidade LGBT e chegou a se encontrar com lideranças para buscar apoio para o segundo turno

contra Freixo. Além disso, pediu perdão por ter escrito um livro com trechos ofensivos às religiões afro e a homossexuais. Entretanto, em pregações dentro da Universal afirmou considerar a homossexualidade um pecado e uma conduta que deve ser corrigida.

“Uma vez que um ator foi colocado, simultânea ou sucessivamente, dentro de uma pluralidade de mundos sociais não homogêneos, às vezes até contraditórios, ou dentro de universos sociais relativamente coerentes, mas que apresentam, em certos aspectos, contradições, então trata-se de um ator com o estoque de esquemas de ações ou hábitos não homogêneos, não unificados, e com práticas consequentemente heterogêneas (e até contraditórias), que variam segundo o contexto social no qual será levado a evoluir. Poder-se-ia resumir tudo isto dizendo que todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais este sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios” (Lahire, 2002, p. 31).

Isso não significa que não haja deputados da bancada evangélica que atuem no plenário como o fazem em suas igrejas. Pelo contrário. Porém, há um movimento cada vez mais considerável de parlamentares que problematizam a questão da homossexualidade de outra maneira, justificando suas posições com relação a outros referenciais. No lugar de dizer que a lei divina não aceita “Adão e Evo”, como disse o deputado Takayama (PSDB-GO), esses parlamentares preferem argumentar que defendem “valores tradicionais” e “a família tradicional” e que respeitam a “decisão individual de cada um”, mas que o movimento LGBT “não pode impor sua visão de mundo a todos”. Não se trata aqui de interpretar tais atitudes em uma “escala de intolerância/tolerância”, menos ou mais, mas sim compreender como a participação em outros processos de socialização, assim como a reflexividade diante das críticas de outros atores, leva a uma mudança na forma de agir e nos discursos adotados por esses parlamentares. De todo modo, nos momentos em que há projetos de lei com relação à comunidade LGBT, os membros da Frente Parlamentar deixam as diferenças de lado e votam de maneira semelhante. Resumidamente, temos, hoje, deputados evangélicos que condenam a homossexualidade sob todos os pontos de vista e aqueles que dizem aceitá-la no plano individual, mas que rejeitam a luta política LGBT. Esse

segundo grupo, por exemplo, realiza distinção entre um kit anti-homofobia (para combater preconceito) e um kit gay (“que incentiva a ser gay”), como já declarou a deputada federal Rosângela Gomes (PRB-RJ).

Virada à direita

Outro problema elencado por Paulinho é o fato da Universal querer “emplacar coordenadores da Igreja”. Segundo ele, isso não dá certo, pois a mídia e a sociedade vão criticar “ah é o partido da IURD”. Ele conta que, no início, a igreja tentou empurrar um pessoal não muito capacitado que, por conta disso consegue pensar políticas públicas, debate político, etc. A exceção, em sua visão, são os jovens da FJUni e Jovem Nota 10. “No Congresso da Juventude Republicana, pelo menos 35% dos jovens eram da Universal. A gente viu qualidade, souberam se comportar, ninguém ficou falando de Jesus, ou de Universal. Isso é fundamental para o PRB vencer a rejeição”.

Após a repercussão negativa de pessoas ligadas à Universal na campanha de Russomanno, Paulinho e outros coordenadores decidiram não mais aceitar pessoas da Igreja em cargos de coordenação. Segundo eles, por melhor que seja em sua função, o membro da IURD só traz “gente de dentro da igreja. Isso para mim tá comprovado. Universal quer levar todo mundo para dentro da Igreja. Não é por aí”. Em sua avaliação, isso compromete o partido não só no jogo político, mas também no dia a dia da vida partidária, pois pessoas de fora começam a se sentir mal, achando que o partido é uma extensão da Universal. “Ela vai pensar que só vai ganhar (eleição) quem é da Igreja”. A fim de tentar provar o contrário, explica que o partido irá investir forte em um vereador que não seja da Universal. “Candidato da IURD já tem o dinheiro e os votos dela. O PRB tem que investir em seus candidatos”.

Paulinho também não vê com bons olhos uma possível guinada do PRB à direita.

“O partido tá indo atrás de gente que saiu do PSDB. Tem que ir atrás do pessoal do gueto, da periferia. O caminho para ganhar é esse. Essa é a minha ideologia e o caminho ético para mim. Toda minha família sempre votou no

PT. Hoje, votam no PRB. Mas as ideias de esquerda permanecem e tem que ser bandeira do PRB: igualdade social, combate às desigualdades, ao racismo, justiça, educação e participação popular. Temos que ir atrás da garotada que saiu do PT, PSOL, PCdoB e está descontente com essa esquerda tradicional. Não é uma questão de número, mas de princípios.”

O temor de Paulinho em torno do conservadorismo parece se confirmar no momento em que o presidente do partido e as principais lideranças passam a associar o PRB à “defesa dos valores tradicionais”, redução do Estado na economia, tentando mostrar a legenda como representante da “onda conservadora”. Tanto que deputados do partido engajaram-se na defesa da “Escola Sem Partido”[\[12\]](#). Segundo o grupo liderado por Bulhões, o PL 7180/2014 (Escola sem partido) visa estabelecer “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis”, dando “preferência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Para o grupo do PRB, não se trata de cercear a opinião alheia, mas sim impedir que professores usem o tempo em sala de aula para “propagarem suas ideologias dogmáticas”, atendo-se ao currículo escolar.

“Quando os professores fazem propaganda de suas convicções, além de não formarem os cidadãos, também não ensinam o mínimo que deveriam ensinar. Ensinam, muitas vezes, no caso brasileiro, uma mitologia derivada do marxismo, e é por isso que se vê muita gente falando mal das elites, da imprensa burguesa, da democracia burguesa. Ora, a democracia burguesa é o que de melhor até hoje se inventou na política. Nossos jovens não podem continuar desprezando esse nosso tipo de democracia, que tem seus defeitos, mas é muito superior às alternativas marxistas, como o bolivarianismo, outra tentativa fracassada de construir o suposto verdadeiro socialismo. Marx era filho de um rabino. Parece que em grande parte de seu trabalho atuou mais como profeta do que como cientista. Previu, por exemplo, o fim da classe média e o aumento do proletariado. O que aconteceu foi justamente o contrário, nos últimos 20 anos a pobreza no mundo caiu pela metade. Marx previu o fim da História, uma espécie de apocalipse do capitalismo, que seria seguido pelo paraíso na terra do comunismo. Sua concepção do lucro como mais valia é completamente

ultrapassada, pois ignora a demanda e o valor adicionado pelo empresário. Suas previsões foram rejeitadas na teoria e na prática, com a morte de centenas de milhões de pessoas na China, Rússia, Coreia e outros países. O comunismo matou muito mais gente, mesmo em tempos de paz, do que o nazismo. Enfim, o marxismo, como o nazismo, é uma curiosidade histórica, e deve ser ensinado como tal. Erra quem trata essas ideologias como soluções válidas para os problemas da humanidade.” Usar apenas o marxismo para explicar o mundo, em pleno século XXI, é inadequado e pernicioso. Quem quiser que faça isso em um ambiente particular, e não numa sala de aula, com uma plateia cativa, que não pode se manifestar. Escola não é lugar para se aprender as preferências ideológicas dos professores. Dogmas não devem ter espaço nas salas de aula. Essa conduta indevida tem impactos graves na formação dos cidadãos e no futuro do País (Antônio Bulhões, deputado federal PRB-SP, em pronunciamento à Câmara dos Deputados).

Na opinião de Paulinho, as pessoas com visão mais liberal e pertencentes às camadas sociais mais altas já votam no PSDB e no DEM, logo, o PRB não deveria disputar esse eleitorado, mas sim se firmar como uma alternativa popular. Paulinho confessa ter ficado receoso quando decidiu implementar seu plano de ação, por conta da reação dos bispos. “Fiquei pensando o que eles diriam e como eu poderia fazer para convencê-los a deixar o pessoal da igreja de lado e entrar LGBT, afros”. A preocupação última do coordenador mesclava tanto o sucesso do partido, quanto sua posição ideológica de abrir espaço para todos os segmentos sociais. Ao elaborar seu projeto, refletiu acerca das condições de realização, enfim, em seu contexto objetivo (estrutura partidária e força da Universal) e analisou as possibilidades de sucesso, assim como o custo que seu plano de ação teria face às condições circunstanciais externas. “Fiquei mais tranquilo porque a Universal mudou muito dos anos 90 para cá. Estão mais abertos, mas por outro lado a IURD é uma potência que quando quer compra terreno, televisão, espaço de igreja. Meu medo era que fizessem isso na política”.

A situação complexa estimulou Paulinho a pensar soluções e, ao apresentar suas ideias, ativou certas competências reflexivas. Por já ter atuado como pastor evangélico, trouxe argumentos que tranquilizaram a cúpula da IURD. Da mesma

forma, o trânsito por outras agremiações políticas também consiste em disposições adquiridas (Lahire, 2002) que são mobilizadas reflexivamente por ele em suas interações com membros da Universal e pessoas de fora. Na realidade, o aprendizado reflexivo mostrou-lhe a inviabilidade de um projeto 100% religioso e a importância de uma construção laica e plural em uma agremiação política. Não raro, Paulinho cita exemplos do seu passado de militância no PT e na Igreja para antever o “que não vai funcionar”. Até mesmo a forma de falar com bispos e pastores é reflexivamente problematizada por ele. “Tem que saber o momento de ir mais na delicadeza e outro de se opor mais firme”. Segundo ele, esse processo de convencimento, aliado às mudanças na Universal, garantiram a candidatura de LGBTs no partido.

Essa “mudança na mentalidade” e o esforço interno da ala laica do partido, levaram, em sua visão, à percepção da importância dos LGBTs no processo político. Pereira cita o fato em entrevistas para apresentar o PRB como “tolerante e aberto”. Crivella assumiu compromisso público ao afirmar que, caso eleito prefeito do Rio, manteria os programas voltados à população LGBT. Isso não significa necessariamente uma adesão aos valores LGBT. O que importa é destacar é que processos de críticas de outros atores políticos foram reflexivamente considerados e causaram uma transformação, ou seja, uma mudança de ação. A construção de si como tolerante e plural é uma competência reflexiva que vem sendo desenvolvida por esses atores da IURD/PRB e encarada por alguns deles como fundamental no crescimento do partido para além do segmento evangélico.

Referências bibliográficas

ARCHER, M. (2003). *Structure, Agency and the internal conversation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: editora 34, 2011.

CHATEAURAYNAUD, F. « *Des prises sur le futur*. Regard analytique sur l'activité visionnaire», in Dominique Bourg et alii., *Du risque à la menace*. Penser la catastrophe, Paris, PUF, 2012.

CONGER, K. *The Christian Right in Republican State Politics*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2009.

DODIER, N., 1993, *L'expertise médicale*. Essai de sociologie sur l'exercice du jugement, Paris, Métailié.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LAHIRE, B. *Homem plural: os determinantes da ação*. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis : Vozes, 2002

VITAL, C; LOPES, P. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

WILLIAMS, D. *God's Own Party: The Making of the Christian Right*. New York: Oxford University Press, 2010.

TILLY, C. *Social movements, 1768-2004*. Boulder, Paradigm Press, 2004.

Notas

[1] Disponível em <http://www.deputadoantoniobulhoes.com.br/post/etica-conservadora/> Acesso em 01/02/2017

[2] Termo popular para se referir, de forma jocosa, a pessoas modernas.

[3] Treinamento oferecido para pessoas de diversas áreas a fim de melhorar o processo de comunicação, por meio do uso de conceitos-chave e adotar um discurso moderado e que possa influenciar mais pessoas. Não se trata apenas de retórica, pois há também um trabalho de suavização de algumas ideias. Recentemente, o pastor Everaldo (PSC) contratou um curso de *media training* para Jair Bolsonaro, a fim de que ele moderasse o discurso e se relacionasse melhor com a imprensa e outros setores sociais.

[4] Disponível em <http://www.prb10.org.br/noticias/parlamentares/prb-protagoniza-combate-contra-o-aborto-e-a-ideologia-de-genero/> Acesso em 02/01/2017

[5] Fetos que não possuem cérebro.

[6] “Vamos direto ao assunto: quando é que o governo federal vai deixar de bravatas e assumir de uma vez que o Brasil está falido? Muito além dos problemas econômicos, o país é um fracasso na educação, na saúde e na infraestrutura básica. Como se não bastasse, pesquisa recente revelou que 21 das 50 cidades acima de 300 mil habitantes mais violentas do planeta são brasileiras. O Brasil não se cansa de bater recordes negativos. Nos rankings internacionais de educação estamos sempre nas últimas posições. Não oferecemos ao povo saúde de qualidade, nem conseguimos combater a dengue e, mais recentemente, a zika. Milhões de pessoas ainda são desprovidas de água encanada e saneamento básico. Nossos trabalhadores são penalizados com as mais altas cargas tributárias do mundo. E ainda somos violentos. A lista anual divulgada no fim de janeiro pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal mostra que estamos perdendo uma guerra contra nós mesmos. Das 26 capitais listadas, além do Distrito Federal, 17 são nossas, com taxas de homicídios elevadíssimas por cada 100 mil habitantes. Fortaleza (CE) lidera entre as cidades brasileiras citadas no estudo -está na 12^a colocação geral, seguida por Natal (RN) e Salvador (BA). João Pessoa (PB), Maceió (AL) e São Luís (MA) estão logo abaixo. Caracas, a capital da Venezuela, é a primeira do ranking geral. A violência na terra de Hugo Chávez pode ser reflexo da forte crise econômica e da instabilidade política que o país enfrenta. E no Brasil? Nossos valores morais têm sido gradativamente reduzidos a pó. A concepção familiar é frequentemente atacada por aqueles que a odeiam. As portas para as drogas estão abertas, e o Estado não consegue combater o narcotráfico. A polícia é ultrajada por quem deveria respeitá-la. Os governos estaduais não cumprem suas atribuições. Falta educação. Os salários são baixos. O resto é consequência de tudo isso. A propaganda estatal diz que tudo vai bem, que a solução está próxima, e que o problema do Brasil é o pessimismo alheio. Penso justamente o contrário: nosso povo é até muito otimista por suportar tanta adversidade e encontrar forças para batalhar por algum futuro que teima em não chegar nunca. O fracasso do país

está na desfaçatez, na arrogância e na omissão. As pessoas estão cansadas. Realmente cansadas. Tenho percorrido o Brasil inteiro nos últimos anos em virtude da minha função e vejo muita frustração por toda parte. Acredito que sairemos da crise econômica, como já fizemos outras vezes, mas e o restante? A educação, a saúde, a segurança e os outros valores subjetivos serão resolvidos em um passe de mágica? Por osmose? A sociedade perdeu o referencial do que é bom e do que é ruim. Faltam líderes capazes de inspirar e mostrar o caminho a seguir. A juventude não se identifica mais com seus representantes, nem com o sistema político atual. Um país sem rumo faz de seus filhos um povo sem perspectiva. E a falta de perspectiva de um povo leva o país à ruína. Nesse cenário, continuarão a maquiagem os efeitos em vez de fulminar a causa. Os péssimos índices registrados no país só aumentarão, como um câncer silencioso que vai invadindo e destruindo as células saudáveis, se não tomarmos agora atitudes de fato relevantes. O impeachment, caso prospere no Congresso Nacional, poderá ser uma saída para o impasse. É muito difícil, mesmo com as melhores intenções, resistir a tantos problemas de uma só vez” (Marcos Pereira). Artigo publicado no Jornal Folha de S.Paulo no dia 11/03/2016

[7] Termo usado pelos próprios cristãos americanos que se atinham aos fundamentos da Bíblia.

[8] Disponível em <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2016/11/marcos-pereira-um-dia-um-evangelico-sera-eleito-presidente-do-brasil.html> Acesso em 15/02/2017

[9] Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/o-prb-nao-vai-apoiar-a-esquerda-em-2018-diz-marcos-pereira/> Acesso em 15/02/2017

[10] Adotei um pseudônimo a pedido de meu interlocutor.

[11] Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2017/01/25/coordenador-de-politicas-publicas-para-lgbts-vai-mudar-programa-para-travestis-e-transexuais/> Acesso em 02/03/2017

[12] Campanha criada pelo advogado Miguel Nagib contra a “doutrinação ideológica” nas escolas. A intenção é impedir que professores manifestem sua ideologia na sala de aula e abordem assuntos políticos. A proposta foi duramente criticada por profissionais da Educação, que veem nesse movimento uma censura pedagógica.